



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 863, DE 2023

(Da Sra. Luisa Canziani)

Altera a Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre o atendimento a estudantes da modalidade da educação especial das redes públicas de educação básica por equipes multiprofissionais.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL-3035/2020.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023
(Da Sra. LUISA CANZIANI)

Altera a Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre o atendimento a estudantes da modalidade da educação especial das redes públicas de educação básica por equipes multiprofissionais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de equipes multiprofissionais integradas por profissionais das áreas de psicologia, pedagogia e serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação.

§ 3º No atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, as equipes multiprofissionais mencionadas no caput contarão também com a participação de profissionais das áreas de psicopedagogia, psiquiatria, fisioterapia, fonoaudiologia e terapia ocupacional, e atuarão com a finalidade de:

I – avaliar as necessidades educacionais dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede de ensino básica no



início e ao longo do processo de ensino e aprendizagem;

II – acelerar a identificação e o diagnóstico de educandos com necessidades educacionais específicas, centralizando os processos de avaliação e diagnóstico mediante atendimento multiprofissional e interdisciplinar;

III – desenvolver, juntamente de Professor de Atendimento Educacional Especializado, o Planejamento Educacional Individual (PEI) dos educandos com necessidades educacionais específicas.” (NR)

Art. 2º O inciso IV-A do art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º

.....

IV-A - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretrizes e procedimentos para identificação, cadastramento e atendimento, mediante equipes multiprofissionais, na educação básica e na educação superior, de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

.....

.....” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A preocupação com a criação de equipes multiprofissionais que possam dar suporte aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação encontra-se manifesta no Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014,



que, em sua Meta 4 de universalização do acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado para a população de quatro a dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, estabelece como estratégia:

.....

4.5) estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

Por sua vez, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), estabelece, em seu art. 2º, § 1º, que equipe multiprofissional e interdisciplinar realize, quando necessária, avaliação considerando: os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; a limitação no desempenho de atividades; e a restrição de participação da pessoa com deficiência.

A escola, enquanto instituição socializadora do conhecimento, por um lado, e, por outro, reflexo da sociedade, além de constituir um espaço de troca e compartilhamento de conhecimentos e experiências, é também um lugar de estabelecimento de relações sociais, de convivência, de respeito às semelhanças e diferenças e, conseqüentemente, de questionamentos, dificuldades e contradições. Nesse ambiente, o papel da equipe multiprofissional é fundamental para auxiliar a escola a tratar dessa heterogeneidade de demandas e de sujeitos, buscando atender às necessidades específicas dos alunos sem perder de vista o processo ensino-aprendizagem e a construção de uma educação de qualidade.



Nesse sentido, a Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, determinou que as redes públicas de educação básica contem com equipes multiprofissionais para atender às necessidades e prioridades das políticas de educação, desenvolvendo ações para a melhoria do processo ensino-aprendizagem. Estabelece a referida Lei que:

Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais.

§ 1º As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais.

§ 2º O trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino.

.....

No caso dos estudantes da educação especial, aqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, a atuação da equipe multiprofissional reveste-se de maior importância, uma vez que seu objetivo maior é contribuir para a resolução das necessidades de cada estudante no processo ensino-aprendizagem e, assim, promover sua efetiva inclusão e sucesso escolar.

O presente projeto de lei pretende, diante do exposto, inserir na Lei nº 13.935, de 2019, e na LDB, a previsão de atuação de equipes multiprofissionais para atendimento mais específico dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação nas redes públicas de educação básica, conforme preconizam o PNE e a LBI.



Assim, convicta da importância da equipe multiprofissional para a efetivação de uma educação de qualidade dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, peço aos nobres pares seu apoio para aprovação da presente iniciativa.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputada LUISA CANZIANI



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

| LEGISLAÇÃO | ENDEREÇO ELETRÔNICO |
|---|---|
| LEI Nº 13.935, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019 Art. 1º | https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2019-12-11:13935 |
| LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 Art. 9º | https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1996-12-20:9394 |

FIM DO DOCUMENTO